

Revista ENSAIOS TEOLÓGICOS

Online ISSN 2447-4878



Ensaio Teológico está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição – Não Comercial – Sem Derivações - 4.0 Internacional

O REINO DE DEUS NA HISTÓRIA DA TEOLOGIA The Kingdom of God in the History of Theology

Rodrigo Walicoski Carvalho¹

RESUMO

Neste trabalho, o que se tem como objetivo não é fazer uma exegese bíblica acerca do Reino de Deus, mas pesquisar, selecionar e descrever as diversas formas como o Reino de Deus tem sido interpretado no transcurso da história da Teologia dando especial destaque ao modo como as teologias contemporâneas têm interpretado o Reino de Deus, bem como suas implicações na homilia atual. Na Bíblia e na história da teologia, o conceito de Reino de Deus nem sempre foi consenso. Pelo contrário, desde o Israel antigo até a teologia atual, o conceito de Reino de Deus passou por diversas reformulações. Mesmo nas Escrituras, no Antigo e no Novo Testamentos, o Reino de Deus sempre foi motivo de grandes polêmicas e de muitos desencontros. Também na história do cristianismo, cada teólogo compreendeu os mesmos textos bíblicos acerca do Reino de Deus de maneiras diferentes, geralmente influenciados por seu contexto histórico e pelas diferentes cosmovisões de suas épocas.

Palavras chaves: Reino de Deus. História. Teologia. Bíblia.

RESUMO

In this paper, the goal is not to do a biblical exegesis about the kingdom of God, but search, select and describe the various ways the kingdom of God has been interpreted in the course of the history of theology with particular focus on how contemporary theologies have interpreted the Kingdom of God and its implications in today's homily. In the Bible and in the history of Theology, the concept of the Kingdom of God was not always consensus. On the contrary, from ancient Israel to the current theology, the concept of

¹ O autor é mestrando em Teologia pela FABAPAR. Formado em bacharel em Teologia pela FABAPAR. Também cursou Filosofia na Universidade Federal do Paraná (UFPR). É fundador e diretor executivo do INSTITUTO HOKMA e tem muitos sonhos para Teologia no Brasil. E-mail: rodrigo@institutohokma.com.br

the Kingdom of God has been through several redesigns. Even in the Scriptures, the Old and New Testaments, God's Kingdom has always been a matter of great controversy and many disagreements. Also in the history of Christianity, every theologian understood the same biblical texts about the Kingdom of God in different ways, usually influenced by their historical context and the different worldviews of their times.

Keywords: Kingdom of God. History. Theology. Bible.

INTRODUÇÃO

Nos dois últimos séculos, os assuntos em torno do Reino de Deus têm ganhado uma atenção diferenciada por parte de diferentes escolas teológicas. O tema Reino de Deus, a partir do iluminismo, sofreu uma drástica releitura nos teólogos, os quais passaram a formular suas teologias a partir do novo paradigma imposto pela modernidade, caracterizada fortemente pela rejeição à metafísica². A partir de uma releitura dos evangelhos, sobretudo do tema “Reino de Deus”, interpretado segundo uma realidade terrena, os teólogos modernos absorveram o novo viés metodológico apontado por Kant, assumido por Schleiermacher, revisitado por Ritschl e mais tarde seguido por grande parte dos teólogos modernos e contemporâneos.³

O tema Reino de Deus já recebeu, ao longo da história, as mais diversificadas interpretações. Na história da teologia, o modo como o Reino de Deus foi interpretado influenciou diretamente o comportamento eclesial e social em cada tempo histórico. O entendimento acerca do tema Reino de Deus deveria ter, em todo sistema teológico, um status diferenciado, visto que este tema foi maciçamente repetido em todo ensino de Jesus.⁴ A clara consciência sobre a importância que o tema Reino de Deus tem para um fazer teológico impõe-se para um bom entendimento das atuais vertentes teológicas. Tais vertentes estão diretamente relacionadas com uma cosmovisão que pouco a pouco se impõe no cenário religioso e cultural da atualidade. Influenciadas pelos novos pressupostos da modernidade e da pós-modernidade, que valorizam e priorizam o mundo físico e terreno ao invés do mundo sobrenatural e celestial, essa nova mentalidade tem recebido espaço praticamente irrestrito no ambiente universitário da teologia.⁵

1. O REINO DE DEUS NO CONTEXTO JUDAICO DA IGREJA PRIMITIVA

A expectativa de restauração do Reino de Deus perpassava pelo inconsciente coletivo dos judeus nos tempos de Jesus. Eles aguardavam uma manifestação iminente e terrena do Reino. Mas, não era unânime o modo como eles entendiam esse Reino. Alguns acreditavam que Deus, sem a ajuda de homens, estabeleceria o Reino num evento cósmico. Outros

² Metafísica é o ramo da filosofia que trata daquilo que está além do físico, ou seja, da esfera que se pergunta pela essência das coisas e que busca alcançar aquilo que está além dos conceitos objetivos.

³ MONDIN, 1980, p. 10.

⁴ A palavra “reino” (ou correlatas) aparece 169 vezes n N.T., sendo 54 em Mateus, 18 em Marcos, 52 em Lucas/Atos, 3 em João, 23 em Paulo, 5 nas Cartas Gerais e Hebreus e 14 em apocalipse (contagem feita pelo autor).

⁵ BOSCH, 2009, p.52.

acreditavam que o Messias viria como um guerreiro ou um líder militar que reuniria seu exército para lutar. Outros ainda acreditavam que uma restauração espiritual seria promovida por um clamor nacional e por uma conversão em massa. De fato, ninguém em sua imaginação conseguiu adivinhar o *modus operandi* do Reino de Deus ensinado e proclamado por Jesus.

Enquanto Jesus esteve na terra entre o povo, e mesmo entre os discípulos, o Reino de Deus era entendido de diferentes maneiras (Lc 19.11-12; Jo 6.15). Mesmo sendo o assunto principal do ensino de Jesus, o entendimento acerca do Reino de Deus não tinha unanimidade. O próprio Jesus parecia tratar o assunto do Reino com demasiado mistério (Mc 4.11; Lc 8.10). Ele mesmo demonstrava certo cuidado para que o Reino fosse compreendido apenas pelos que cressem. No tempo de seu ministério, Jesus não dedicou mais tempo para outro assunto como dedicou ao Reino de Deus. Entretanto, havia muitas dúvidas sobre este tema (Mt 24.3). Mesmo depois da ressurreição de Jesus, seus discípulos ainda permaneciam em dúvida (At 1.6-7). Eles não sabiam se o Reino já tinha sido inaugurado, ou se ele chegaria apenas no futuro.

De fato, o próprio Jesus parece ter agido dentro da certeza de que o Reino já havia chegado (Mt 3.2; 4.17; 11.12; 12.28; 20.31; 23.13; Mc 1.15; Lc 10.9-11; 11.20; 16.16; 17.20-21). Em outros momentos, Jesus parecia dizer que o Reino ainda viria (Mt 8.11; 13.41-43; 16.28; 20.21; 25.34; 26.29; Mc 15.43; Lc 19.11; 21.31; 22.16-18; 22.30; 23.42; Jo 18.36; At 1.6-7). Não é possível dizer com certeza se seus discípulos entenderam que o Reino de Deus já estava presente, ou se ele só seria inaugurado com a morte e ressurreição de Jesus, ou no dia do Pentecostes, ou se viria somente no futuro. A dúvida estava justamente em saber se Jesus já tinha começado a reinar e se já começara, quando aconteceu? A outra dúvida pairava em saber se a igreja já estaria reinando ou se esse Reino viria somente no futuro. O ebionismo, um movimento dentre os judeus cristãos, acreditava que o Reino seria estabelecido em Jerusalém.⁶ Mas, se Cristo já estava reinando, que tipo de Reino era este? Se a igreja já estava reinando, que qualidade de Reino era essa? Se o Reino só viria no futuro, que espécie de momento histórico seria este que se está vivendo? Como interpretar o Reino de Deus em fidelidade às Escrituras e em coerência com a realidade?

A escatologia da igreja primitiva era compreendida a partir de um dualismo básico de duas idades, eras ou séculos (*aión*) e assim era expressa em grande parte da literatura rabínica intertestamentária (Mt 28.20; 1Co 1.20, 2.7, 10.11; 2Co 4.4; Gl 1.4; Ef 1.21, 3.9; Cl 1.26; Hb 9.26; Jd 1.25). Assim, era comum se falar em “presente século” ou “esta era” e “século vindouro” ou “era vindoura”.⁷ Segundo as mais recentes pesquisas⁸, é correto afirmar que a comunidade primitiva estava alinhada ao paradigma apocalíptico judaico e aguardava ansiosamente a manifestação do Reino de Deus num futuro imediato, ainda para o seu tempo (ver Paulo, por exemplo: 1Ts 4.15, 17; Rm 13.11; 1Co 7.29; 10.11). Assim, a era vindoura estava próxima. Foi nesta configuração que alguns dos pais apostólicos receberam o evangelho do Reino. Para eles, o Reino de Deus viria exclusivamente num iminente evento cósmico futuro

⁶ HAGGLUND, 2003, p. 25

⁷ PADILLA, 2005, p. 197.

⁸ BOSCH, 2009, p. 178-183.

que consumaria a presente “era” e inauguraria uma nova “era”. Ainda no primeiro século, Clemente de Roma (35-97) afirmava que o Reino de Deus viria no futuro e nada tinha a ver com este mundo. Para ele, o mundo presente e o mundo futuro eram inimigos. Dois discípulos de João, Inácio de Antioquia (35-107) e Policarpo de Esmirna (69-155), concordavam acerca de um Reino futuro e de natureza não-material. Já para Pápias (70-140), também discípulo de João, o Reino de Deus seria terreno e com mil anos literais, mas somente no futuro.

2. O REINO DE DEUS NA PATRÍSTICA⁹

Mas, este paradigma escatológico foi mudando paulatinamente do primeiro para o segundo século. A igreja, inicialmente judaica, foi perdendo espaço para a igreja gentílica grega. O paradigma judaico apocalíptico teve que ceder espaço ao paradigma helenístico, de mentalidade grega. Ao perceber a demora da volta de Jesus e diante do frequente ataque dos hereges (2Pe 3.4), os líderes eclesiásticos (que foram os primeiros teólogos, depois dos apóstolos), certamente influenciados pelo mundo helênico, pelas filosofias neoplatônicas¹⁰ e pelo gnosticismo¹¹, começaram a reinterpretar o tempo e a natureza do Reino de Deus a partir do novo paradigma teológico helênico. Assim, o paradigma da igreja do primeiro século, que era o apocalipsismo judaico escatológico, foi substituído pelo paradigma helenístico no período Patrístico. A fé, que havia sido destinada primeiramente aos judeus, agora tinha os gentios gregos como grupo majoritário. A mentalidade grega exigiu uma profunda mudança de paradigma. A mudança de mentalidade do mundo hebraico para o grego evidenciou a necessidade de mudança de concepção de mundo.¹²

Mas, não foi somente a diferença de concepções de mundo hebraico e grego que influenciaram a mudança de paradigma. A demora da volta de Jesus (*parusia*) também contribuiu para que a nova geração de teólogos reinterpretasse o conceito de Reino de Deus, já que o primeiro século o aguardava exclusivamente para o futuro. Conforme o teólogo e missiólogo David Bosch (1909-1992), “as expectativas apocalípticas foram frustradas pela protelação da *parusia*. O vigor e o entusiasmo do sentimento dos cristãos primitivos de viver nos últimos tempos se dissiparam, e a percepção da crise urgente e imediata se desvaneceu nas mentes de muitos crentes”.¹³

Os teólogos do segundo século, a partir de Justino Mártir (100-165), imersos na cultura grega, começaram a tomar emprestado categorias e conceitos da filosofia platônica e passaram a aplicá-los à interpretação das Escrituras. Bosch afirma que: “Justino e Clemente adotaram uma atitude amigável frente o melhor do paganismo e consideravam a filosofia grega um pedagogo que conduzia pessoas pagãs a Cristo.”¹⁴ Foi por isso que, no segundo

⁹ A patrística é o período da história da igreja que vai do segundo ao quarto século e que recebe esta nomenclatura por tratar dos chamados pais da igreja, ou seja, dos primeiros líderes constituídos pela igreja.

¹⁰ Plotino é a expressão mais exata do gnosticismo da época. Ele foi o grande neoplatônico, que menosprezava o mundo material e destacava o espiritual.

¹¹ BOSCH, 2009, p. 248-250.

¹² BOSCH, 2009, 238.

¹³ BOSCH, 2009, p. 245.

¹⁴ BOSCH, 2009, p. 241.

século, o paradigma helenístico se estabeleceu com mais força e, em geral, os cristãos gentílicos se alinharam a ele. Justino, no cap. 11 de sua Apologia, começou a defender que Jesus já reinava espiritualmente. Segundo ele, os cristãos não deveriam esperar um Reino de Deus com origem neste mundo. Isso significa que, segundo a interpretação justiniana, o Senhor Jesus passou a reinar espiritualmente depois da crucificação, pelo madeiro.

Justino foi o primeiro teólogo na história da teologia a interpretar que o Reino de Deus já estava presente, mas com uma natureza exclusivamente espiritual.¹⁵ Ele havia aplicado a filosofia dualista de Platão (428-348 a.C.) à revelação das Escrituras.¹⁶ Platão, um dos filósofos mais destacados da história da filosofia, influenciou poderosamente a mentalidade grega (helênica). O principal pensamento de Platão era que a realidade era composta por dois mundos: o mundo das sombras e o mundo das ideias. O mundo das sombras era identificado com o mundo físico (material) e seria mera ilusão. Já o mundo das ideias era o mundo real, a realidade “imaterial”. O mundo físico, que também era identificado com a realidade sensível, se opunha ao mundo metafísico, que era identificado com a realidade inteligível que pertencia ao reino do Demiurgo, uma espécie de deus para Platão.¹⁷ Essas ideias platônicas formavam a base do gnosticismo, uma espécie de religião helênica que resultava de uma mistura do cristianismo nascente com o dualismo platônico.¹⁸ Qualquer grego, por menor formação intelectual que tivesse, pensava segundo o pressuposto platônico. Deste modo, a revelação acerca do Reino de Deus foi absorvida pela mentalidade grega.

É possível perceber uma aproximação de Justino com Clemente de Alexandria (150-215), que tinha uma percepção um pouco mais aberta em relação à vida na terra, à vida material. Apesar disso, Clemente não chegou a reconhecer no Reino de Deus uma natureza material.¹⁹ Diferentemente, Tertuliano de Cartago (160-220), que repudiava qualquer tipo de filosofia, seguia o paradigma do primeiro século, entendendo apenas um Reino futuro, após a consumação dos séculos. Para ele, no presente tempo, estamos escravizados. Taciano, o Assírio (120-180), seguia Justino e Aristides de Atenas (100-200) concordava com Tertuliano.

É somente Orígenes de Alexandria (185-253), já no início do terceiro século, o primeiro a conceber uma origem também material do Reino de Deus e para o presente. Esse controverso teólogo formulou uma profunda teoria acerca do Logos²⁰ e não ficou restrito ao dualismo platônico, buscando superá-la por meio de uma doutrina específica do Logos Spermáticos²¹. Orígenes desenvolveu a doutrina filosófica do Logos e não lhe desprezou seu caráter material. Contrariando os gnósticos, Orígenes não desprezava o valor do mundo material; pelo contrário, ele falava em restauração de todas as coisas e não fazia distinção clara entre o espiritual e o material. No final do terceiro século, Eusébio de Cesareia (265-339)

¹⁵ BOSCH, 2009, p. 243-250

¹⁶ MCGRATH, 2010, p. 50-51; 269

¹⁷ MCGRATH, 2010, p. 350

¹⁸ HAGGLUND, 2003, p. 26.

¹⁹ CLEMENTE, 1996, p. 257.

²⁰ Logos é um termo grego traduzido para o português como “palavra” ou “verbo”. Por exemplo em Jo 1.1 que diz “No princípio era o verbo (logos)”.

²¹ Para muitos teólogos do período patrístico, o “logos spermatikos” era o princípio gerador do universo. A palavra “spermatikos” provém do grego e quer dizer “semente”.

não tinha a mesma opinião. Ele afirmava que o Reino de Deus era futuro e celestial e não terreno. Ele rechaçava a ideia de Papias, que concebia um Reino terreno literal. No quarto século, Cirilo de Jerusalém (313-386) parece conceber o Reino, em princípio, espiritualmente. Já para Basílio de Cesareia (329-379) o Reino era futuro.

No período da Patrística consolidou-se a noção de que o Reino de Deus estava centrado espiritualmente na igreja. Deste modo, a eclesiologia enfim substituiu a escatologia. A igreja passou a ser identificada com o Reino de Deus na terra e assim se estabeleceu a noção de que para entrar no Reino de Deus era necessário entrar na igreja.²² Vale destacar que o Reino de Deus, nesta época, era entendido com uma natureza eminentemente espiritual. Esta convicção ficou ainda mais consolidada nos escritos de Agostinho de Hipona (354-430). O modo como Agostinho entendeu o Reino de Deus prevaleceu em toda igreja medieval.

Sob a influência de Orígenes e Agostinho, a expectativa do Reinado de Deus no futuro foi relacionada ou à jornada Espiritual do indivíduo crente ou à igreja como Reino de Deus na terra. A escatologia futura foi gradativamente expulsa da corrente principal da vida eclesial e, assim, relegada à categoria de aberração herética.²³

3. O REINO DE DEUS NA IDADE MÉDIA

É possível dizer que, durante a Idade Média, a teologia de Agostinho tenha sido interpretada de duas formas: uma que favoreceu a acumulação de bens pela igreja católica, e outra que era ensinada para o povo em geral. É inegável que, a partir de Agostinho, o Reino de Deus passou a ser identificado com a igreja.²⁴ Agostinho afirmava que a humanidade sempre foi composta por dois tipos de pessoas que povoavam dois tipos de cidades (reinos): a Cidade de Deus e a cidade do homem. A primeira respondia pelos assuntos espirituais; a segunda, pelos assuntos temporais (materiais). Mas, para Agostinho, a sociedade espiritual tinha primazia sobre a temporal. Assim, a Cidade celestial detinha autoridade sobre a cidade terrena, de modo que esta deveria se submeter àquela.²⁵ Essa doutrina se fortaleceu na figura dos papas e prevaleceu durante vários séculos.

Durante o período medieval, em diversos períodos da Baixa Idade Média, o clero em geral trabalhava o conceito de Igreja como sendo o Reino de Deus também no sentido material. João Quidort (1270-1306) chama atenção daqueles que interpretavam que o papa (rei) seria detentor pleno de poderes espirituais e materiais de todos dos cristãos pertencentes à Igreja.²⁶ O ensino de que o Reino de Deus era material, e de que o papa seria o representante legítimo do trono real, favoreceu grandemente a igreja na arrecadação de bens durante vários séculos. Em relação ao povo, em geral, o clero ensinava que este mundo

²² BOSCH, 2009, p. 257.

²³ BOSCH, 2009, p. 53.

²⁴ Embora esta associação seja feita à teologia de Agostinho, ele próprio nunca chegou a identificar o Reino de Deus com a Igreja empírica (material). Para ele, o Reino de Deus somente se realizaria completamente na próxima era (BOSCH, 2009, p. 272).

²⁵ BOSCH, 2009, p. 272.

²⁶ QUIDORT apud SOUZA, 1997, p. 174.

é mau, que descansa no maligno e que todas as bênçãos materiais do Reino estavam reservadas apenas para o futuro. No presente, as bênçãos eram apenas espirituais (perdão dos pecados, expiação, paz no espírito, etc).

Em Tomás de Aquino (1225-1274), de modo geral, o Reino de Deus é interpretado do mesmo modo dos Pais da igreja. Em seus sermões sobre a oração do “Pai Nosso”, Aquino levanta a questão: “Se o Reino de Deus sempre existiu, por que pedimos a sua vinda?”²⁷ Ele explica que o Reino de Deus, apesar de já estar presente na igreja, ainda terá uma consumação no final dos tempos. Aquino defendia uma conciliação entre fé e razão, natureza e graça, filosofia e teologia, Estado e igreja. Mas, da mesma forma que Agostinho, no edifício teológico de Aquino, a esfera espiritual sempre estava acima da esfera temporal. Assim, a visão de Reino relacionada à igreja visível predominou na Idade Média. De certo modo, essa visão teve seu início em Agostinho e seu auge em Aquino e ambos interpretaram que o Reino temporal (Estado) deveria se submeter ao Reino Espiritual (Igreja), pensamento que justificou o conceito de Estado cristão em toda Idade Média.

4. O REINO DE DEUS E A REFORMA PROTESTANTE

Com a Reforma Protestante, Martinho Lutero (1483-1546) reitera a posição herdada da Idade Média e da Patrística grega, ou seja, que o Reino de Deus já estava presente, mas apenas de modo espiritual. A reforma luterana, apesar de ter exercido grande influência em reformas sociais, políticas e econômicas, não despertou na pena de Lutero um interesse de desenvolver uma teologia de Reino de Deus em consonância com a esfera política ou social, ou seja, o desenvolvimento de uma teologia de Reino de Deus que abarcasse o plano espiritual em conjunto com o material. Lutero declarou que: “é necessário manter o regime espiritual do evangelho bem separado do regime secular exterior, evitando a todo custo confundi-los”.²⁸ Segundo teólogo e historiador Bengt Hägglund (1920-2015), “Lutero traçou uma linha demarcatória nítida entre dois reinos ou domínios. Um deles está sujeito à razão e lida com interesses mundanos, enquanto o outro trata da fé e de interesses espirituais”²⁹ e que:

Deus exerce seu domínio sobre a espécie humana de diversas maneiras: em parte através da Palavra e dos sacramentos, em parte através das autoridades e da esfera secular. As dádivas necessárias à salvação do homem são outorgadas na esfera espiritual, enquanto a ordem que é necessária para a sociedade humana (e também para a existência da igreja) é mantida através da esfera secular.³⁰

Para Lutero, o mundo espiritual operava em paralelo ao mundo físico, não exercendo necessariamente mudanças neste, e, caso exercesse, seria indiretamente, pois ele não teria este propósito. Isso nos mostra que, para Lutero, o Reino de Deus operava apenas espiritualmente. Num documento chamado “Exortação à paz a propósito dos doze artigos dos

²⁷ AQUINO, 2003, p. 23.

²⁸ LUTERO, 1995, p. 130.

²⁹ HÄGGLUND, 2003, p. 197.

³⁰ HÄGGLUND, 2003, p. 200.

camponeses da Suábia e, também, contra o Espírito de morticínio e de pilhagem dos demais camponeses amotinados”, Lutero afirmou: “As armas dos cristãos são a cruz e a paciência. Deus mesmo se encarrega de, chegando o momento, exercer vingança sobre aqueles que são duros, cruéis e injustos. Enquanto isso, é preciso obedecer e sofrer em silêncio”.³¹ Naquilo que ficou conhecido como “doutrina dos dois reinos”, Lutero separava a Igreja do Estado como duas realidades irreconciliáveis. Para Lutero, o Estado laico deveria manter-se separado da Igreja. Lutero defendia uma posição contrária ao entendimento clássico medieval, em que o papa era detentor das duas espadas, a secular e a espiritual, estando ao seu encargo dar a última palavra ao imperador. Na obra “À Nobreza Cristã da Nação Alemã”, falando acerca dos poderes da Igreja, Lutero relata:

Que não cuidem senão das questões de fé e bons costumes, deixando para os juízes seculares aquelas que tangem a dinheiro, bens materiais, corpo ou honra. Por isso o poder secular não deve permitir a excomunhão e processos em casos que não se referem à fé ou vida correta. O poder espiritual deve reger os bens espirituais, tal como o ensina a razão. Bens espirituais, entretanto, não são dinheiro nem coisas materiais, mas fé e boas obras.³²

Isso não significa dizer que Lutero não tenha abordado em sua teologia a esfera secular. Além disso, é importante dizer que a reforma espiritual de Lutero provocou vários outros tipos de reformas:

Reforma de costumes, reforma social, reforma eclesiástica, eclosões políticas, tudo isto, seguramente, a reforma fundamentalmente espiritual de Lutero o provocará; mas, o que nos importa saber, e de aqui notar, de pronto, é que tudo decorre da reforma interior que se opera na própria alma deste condutor de homens. E se esta reforma espiritual se transforma em eventuação mundial, se consigo desencadeia ela as mais profundas transformações sociais, é que é ela o protótipo da conversão interior a que todo um povo estava preparado, a centelha que provoca o incêndio feito de centelhas similares; e é em torno desta revolução interior, espiritual, que se modificam todas as metamorfoses da sociedade. Ao sabor de condições históricas mui particulares, na verdade, capazes de explicar muito das crepitações, o mundo visível se transforma sob o impulso de acontecimentos invisíveis, todavia, determinantes.³³

Muitos historiadores concordam que a reforma luterana produziu diversos impactos sociais, econômicos e políticos. O teólogo Oswald Bayer (1939-) observa a influência do pensamento de Lutero, na era moderna, na concepção do estado natural e do contrato social, conforme mais tarde foi elaborada e defendida por Thomas Hobbes (1588-1679). Isso significa que, mesmo Lutero não desenvolvendo uma teologia de Reino material, na prática, sua reforma refletiu diretamente numa metamorfose de seu ambiente cultural e material.³⁴

João Calvino (1509-1564), um reformador posterior a Lutero, desenvolveu de forma clara e abrangente uma teologia que conciliava a esfera espiritual com a material. Seus ideais

³¹ LUTERO apud BIÉLER, 1990, p. 65.

³² LUTERO, 1995, p. 302.

³³ BIÉLER, 1990, p. 43.

³⁴ BAYER, 2007, p. 106.

reformadores apontavam para uma reforma econômica, social e política.³⁵ Segundo o historiador e sociólogo André Biéler (1896-1989), o próprio Calvino chegou a confessar que publicou sua principal obra, *as Institutas*, com uma finalidade social e política. Calvino concordava que o Reino começava no interior, mas transborda ao exterior, provocando mudanças significativas na vida material da sociedade. Segundo ele, a libertação é espiritual, mas os resultados podem ser percebidos no exterior, no físico, no material. Assim, para Calvino, o Reino possui dupla natureza: espiritual e material - começa no interior e termina no exterior, começa no espiritual e termina no material. O teólogo Paul Tillich (1886-1965), ao comentar sobre o avanço do Iluminismo, também identificou esta tendência em Calvino e nos puritanos calvinistas:

Entretanto, surgia uma outra forma de ascetismo no protestantismo, desta vez voltada para o mundo em oposição ao monasticismo que abandonava o mundo. Essa nova ascese se desenvolvia entre os trabalhadores e valorizava o trabalho. Os trabalhadores eram importantes porque produziam os meios técnicos capazes de transformar a realidade a serviço da humanidade. Essa forma intra-mundana de ascese protestante foi descrita por Max Weber (1864-1920), grande sociólogo alemão. A ideia do Reino de Deus, tão importante no pensamento calvinista, adquiriu a conotação de trabalho para a transformação da natureza em favor da humanidade. (...) As formas da existência econômica da sociedade burguesa submetiam-se a essa ascese intra-mundana devotada à promoção do Reino de Deus.³⁶

Tanto a doutrina luterana quanto a calvinista se refletiram em confissões de fé oficiais, que foram elaboradas com o objetivo de orientar as novas igrejas nascentes quanto a assuntos de fé e quanto a assuntos temporais. O Livro de Concórdia (1580), que expressa a Confissão Luterana, elaborado a partir de escritos de Lutero, de Felipe Melancton (1497-1560) e outros colaboradores, rejeita um Reino de Deus terreno ou material.³⁷ De certa forma, o Livro de Concórdia contribuiu para a formulação do conceito de igreja invisível, conceito este ausente na doutrina católica. Esse conceito destacava a realidade espiritual, ao invés de terrena e material do Reino. A igreja católica medieval, como já foi dito, identificava os pertencentes ao Reino de Deus com a igreja imanente, ou seja, visível e concreta. Por isso, na Contrarreforma, aqueles que defendiam uma natureza eminentemente espiritual do Reino eram acusados de aproximar o Reino de Deus ao platonismo. Por este motivo se defendeu Melancton:

Nem, de fato, estamos sonhando com um estado platônico, como alguns cobram perversamente, mas nós dizemos que esta Igreja existe, ou seja, os homens verdadeiramente crentes justos e espalhados por todo o mundo. Nós estamos falando não de uma igreja imaginária, que pode ser encontrada em nenhum lugar; mas nós dizemos e sabemos certamente que esta Igreja, em que santos vivem, é e permanece verdadeiramente na terra.³⁸

³⁵ BIÉLER, 1990, p. 124.

³⁶ TILLICH, 1999, p. 79.

³⁷ “Condenam também outros, que agora difundem opiniões judaicas: que antes da Ressurreição dos Mortos os piedosos tomaram posse do reino do mundo sendo os ímpios subjugados em toda a parte (Trad. latim)”. LIVRO DE CONCÓRDIA. Confissão de Augsburgo. Art. XVII - Da volta de Cristo para o juízo.

³⁸ MELANCTON, Felipe. **Apologia ao livro de concórdia**. Item sobre a igreja e o reino VII E VIII cap. 20

Um século após a reforma alemã, estados cristãos católicos, luteranos e calvinistas lutavam disputando territórios, reinos e ducados. A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) marcou esse período sombrio da história da igreja. Disputas desta natureza continuaram por décadas. Houve, porém, um período de trégua com o pacto que selou a paz de Westfália, período em que brotava o movimento pietista alemão. Inconformados pelos resultados sangrentos das batalhas (estima-se que, só na Alemanha, um terço da população tenha sido dizimada pela guerra), esse movimento passou a destacar os aspectos místicos da experiência espiritual e religiosa ao invés de destacar o aspecto doutrinário (dogmático) que, segundo eles, só gerava disputas intermináveis que culminavam em guerras.

Na Inglaterra, não satisfeitos com a reforma anglicana, os calvinistas (também chamados huguenotes) ganharam o controle do parlamento inglês, restringiram o poder do Rei Carlos I (1600-1649) e iniciaram oficialmente o programa de reforma calvinista convocando a Assembleia de Westminster (1643-1649), que ficaria encarregada por definir a confissão de fé das igrejas reformadas. Para o documento que ficou conhecido como “confissão de Westminster”, um dos mais importantes documentos já produzidos entre os protestantes e que serve de referência a todas as igrejas reformadas no mundo, o Reino de Deus se relaciona com o tempo presente e é identificado com a igreja, porém somente em seu aspecto espiritual. A confissão de Westminster assimilou o conceito de igreja invisível ensinado pelo luteranismo, porém não exatamente do mesmo modo. Essa confissão reflete o conceito de “teonomia” ou “teocracia”, elaborado por Calvino, em que a esfera religiosa permanece separada da civil, porém assimilando a “lei de Deus” na regência dos assuntos temporais. Segundo a confissão:

Deus, o Senhor Supremo e Rei de todo o mundo, para a sua glória e para o bem público, constituiu sobre o povo magistrados civis que lhe são sujeitos, e a este fim, os armou com o poder da espada para defesa e incentivo dos bons e castigo dos malfeitores. (Rom. 13:1-4; I Ped. 2:13-14). Aos cristãos é lícito aceitar e exercer o ofício de magistrado, sendo para ele chamado; e em sua administração, como devem especialmente manter a piedade, a justiça, e a paz segundo as leis salutares de cada Estado, eles, sob a dispensação do Novo Testamento e para conseguir esse fim, podem licitamente fazer guerra, havendo ocasiões justas e necessárias.³⁹

Embora a confissão de Westminster tenha buscado separar Igreja e Estado, ela destaca a importância de o Estado proteger a liberdade de culto cristão. Sobre os magistrados civis, ela destaca que “como pais solícitos, devem proteger a Igreja do nosso comum Senhor, sem dar preferência a qualquer denominação cristã sobre as outras, para que todos os eclesiásticos sem distinção gozem plena, livre e indisputada liberdade de cumprir todas as partes das suas sagradas funções, sem violência ou perigo”.⁴⁰

³⁹ CONFISSÃO DE WESTMINSTER. Cap. XXIII. Do magistrado civil. Art. I e II.

⁴⁰ CONFISSÃO DE WESTMINSTER. Cap. XXIII. Do magistrado civil. Art. III.

5. O REINO DE DEUS E O PIETISMO

Fiéis aos ensinamentos de Lutero, os pietistas destacavam que a esfera espiritual teria primazia sobre a esfera material, visto que o aspecto material apenas aprofundava as disputas religiosas. Apesar dos primeiros pietistas não estarem apenas interessados em “ganhar almas” e do fato de se preocuparem com aspectos sociais, para eles o Reino de Deus não tinha o caráter material, apenas espiritual. Em paralelo ao movimento pietista luterano, surgia o movimento puritano, que também ficou conhecido como “Segunda Reforma”. Os puritanos foram um grupo de reformadores calvinistas que surgiram por volta de 1565, na Inglaterra, e tinham o objetivo de purificar a forma de culto e a doutrina. Enquanto os pietistas enfatizavam a experiência pessoal, os puritanos enfatizavam as doutrinas. Esse movimento espalhou-se entre os calvinistas da Inglaterra, Escócia, Holanda e das colônias americanas.

O ambiente sombrio resultado das guerras religiosas entre estados cristãos inspirou o pastor e teólogo Philipp J. Spener (1635-1675), líder do movimento pietista, a romper com a melancolia em que se encontrava a igreja. Ele escreveu a obra intitulada “Afirmando a esperança de tempos melhores” e destacou o fervor da vida cristã a partir de uma experiência pessoal da salvação como justificativa para proclamar o evangelho às nações. O pietismo de Spener inspirou o conde Zinzendorf (1700-1760) a organizar uma espécie de “agência missionária”, os morávios, que tinha como objetivo levar o Evangelho com forte ênfase na salvação individual (arrepentimento, conversão e santificação). O pietismo cresceu e inspirou parte do movimento missionário de inspiração moraviana.⁴¹

Fiéis aos seus postulados teológicos de separar a esfera espiritual da material, o ambiente teológico no início do século XVIII separava a esfera religiosa da esfera civil, de modo que os missionários pietistas preocupavam-se prioritariamente com os aspectos espirituais. Tinham uma atitude negativa em relação ao mundo, e segundo eles, morrer para o mundo significava muitas vezes se abster de entretenimentos, prazeres e diversões como dançar, jogar ou ir ao teatro, pois era considerado pecaminoso.⁴² Como relata Hägglund, muitos críticos encontraram no pietismo fortes tendências platônicas, por considerar pecaminoso aquilo que tem relação com o material do mundo.⁴³ Esse pietismo era caracterizado pelo escapismo e pelo rigoroso dualismo entre o profano e o sagrado. Essa característica seria percebida de forma ainda mais intensa pelo pietismo radical.

Embora o pietismo tivesse se espalhado, ele não alcançou maioria nas igrejas luteranas, que continuavam priorizando uma ortodoxia que destacava os aspectos dogmáticos da fé fortemente relacionada ao racionalismo. Foi este ambiente misto, entre o pietismo e o racionalismo, que provocou na igreja o início de uma tendência teológica anti-dogmática. O teólogo escocês H. R. Mackintosh (1870-1936) esclarece que o pietismo (mais ético que especulativo), por um lado, e o racionalismo (mais natural e lógico que sobrenatural e espiritual), por outro, apresentaram os elementos formadores do criticismo bíblico e o início

⁴¹ BOSCH, 2009, p. 309.

⁴² HÄGGLUND, 2003, p. 286.

⁴³ HÄGGLUND, 2003, p. 288.

da teologia liberal. O teólogo Paul Tillich, falando sobre a relação entre pietismo e racionalismo, mostra que, desde os tempos gregos, a razão se originou do misticismo:

O racionalismo e o misticismo não se contradizem como, em geral, se pensa. Tanto na cultura grega como na moderna o racionalismo nasce do misticismo. O racionalismo vem da experiência mística da “luz interior” ou da “verdade interior” dos seres humanos. A razão aparece a partir da experiência mística, que é a experiência da presença divina em nós.⁴⁴

O pietismo caracterizava-se pelo afastamento da teologia escolástica especulativa interessada na formulação de dogmas, que não tinham nenhuma relação com a vida das pessoas. Por um caminho diferente, o racionalismo concluiu que “doutrinas da divindade de Cristo, do pecado original, do perdão mediante a cruz, dos sacramentos e dos milagres foram abandonadas, às vezes, com tom depreciativo”.⁴⁵

6. O REINO DE DEUS E OS PURITANOS

Foram, porém, os puritanos ingleses que conseguiram maior alcance em suas investidas missionárias, impulsionados por uma convicção teológica relacionada diretamente à natureza material do Reino de Deus. Como já foi abordado, Calvino e seus seguidores puritanos enfatizavam o aspecto material do Reino e buscavam propagar seus sinais externos em suas investidas missionárias. Esse puritanismo clássico continuou até o surgimento de grandes movimentos na igreja no século XVIII que ficaram conhecidos como “grande despertar”, na primeira metade do século XVIII, com o pós-milenista Jonathan Edwards (1703-1758), nos Estados Unidos, e com John Wesley (1703-1791), na Inglaterra, e “os grandes avivamentos”, na segunda metade do mesmo século.⁴⁶ Tanto na Inglaterra como nas colônias americanas, puritanos, movidos pela ideia de que estavam favorecendo o Reino de Deus, trabalhavam sem cessar para espalhar o evangelho em lugares longínquos.⁴⁷ Havia dois grupos: aqueles que acreditavam estarem preparando a terra para a vinda do Reino de Deus, sendo motivados pela iminência da parusia (pré-milenistas históricos), e aqueles que acreditavam já estar vivendo o Reino de Deus milenar e que este se espalharia por toda terra, alcançando todas as esferas espirituais e materiais (pós-milenistas).⁴⁸

7. O REINO DE DEUS E O ILUMINISMO

No auge do Iluminismo, a razão reinava soberana. Neste ambiente, o movimento pietista passou por abruptas mudanças. Uma grande ruptura de paradigmas quanto ao Reino de Deus ocorreu no fim do século XVIII, quando o filósofo Immanuel Kant (1724-1804), um pietista de formação, no prefácio de sua principal obra, a “Crítica da Razão Pura”, exaltava a razão e ensinava que a ela tudo deveria submeter-se. Ele falava de sua época como “*de juízo*

⁴⁴ TILLICH, 1999, p. 52.

⁴⁵ MACKINTOSH, 2004, p. 21-24.

⁴⁶ BOSCH, 2009, p. 337.

⁴⁷ BOSCH, 2009, p. 313.

⁴⁸ BOSCH, 2009, p. 317.

amadurecido” e *“época da crítica, em que tudo tem que submeter-se, até a religião”*.⁴⁹ Kant separou completamente a esfera religiosa da razão especulativa. Segundo ele, a esfera religiosa não poderia ser encontrada em especulações metafísicas, mas somente na razão prática (Ética ou Moral). A partir de sua filosofia, Kant restringiu assuntos religiosos a categorias morais. Deste modo, o conceito espiritual do Reino de Deus, predominante desde os pais apostólicos, na Patrística, na Idade Média, na Teologia Luterana e no movimento pietista foi reduzido ao Reino Ético, exclusivamente para este mundo. Na obra *“A Religião nos dos Limites da simples Razão”*, Kant elaborou uma interpretação racionalista da revelação cristã, na qual todos os elementos dogmáticos são reduzidos a simples símbolos. Assim, por exemplo, Jesus é o símbolo da luta da humanidade contra o mal e de sua vitória sobre este.⁵⁰ Nesta obra, duas são as principais doutrinas kantianas no que se refere à religião: a) a transferência da religião da esfera da razão para a da vontade e do sentimento (moral ou razão prática) e b) a interpretação racionalista da revelação (símbolos). Ambas as doutrinas permanecem como fundamentos de toda a teologia protestante do século XIX.⁵¹ Acerca do Reino de Deus, Kant desenvolve o conceito do *“Triunfo do princípio bom sobre o mau e a fundação de um Reino de Deus na terra”*.⁵² A partir de Kant, a teologia do século XIX irá tratar do Reino de Deus abandonando seu aspecto espiritual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, delineamos, dentro da história da teologia, algumas das variadas formas de como o Reino de Deus foi interpretado ao longo dos séculos. Deve-se, portanto, a Kant a maior mudança de paradigma que o Reino de Deus sofreu desde a sua formulação nos tempos bíblicos. O paradigma Kantiano, que foi formulado no período áureo do Iluminismo, tem servido, em maior ou menor grau, de pressuposto para as diferentes formulações teológicas contemporâneas. Embora os teólogos contemporâneos não tenham eliminado completamente a natureza espiritual do Reino de Deus, é certo que a ênfase Kantiana na natureza ética e material do Reino foi seguida de distintas maneiras por filósofos e teólogos que vieram depois dele.

Como já vimos, o tema Reino de Deus surgiu com ampla importância no cenário teológico num tempo relativamente recente. Apesar de ser citado repetidamente por Jesus como assunto mais importante de seu ensino, ele não recebeu a atenção devida como chave de interpretação das Escrituras, em geral, pelas teologias ortodoxas tradicionais. Depois do Iluminismo, com uma ênfase demasiada sobre o ser humano, a religião e a teologia obrigaram-se a adequar seus discursos para não correr o risco de entrarem em “extinção”. Foi a partir daí que os novos teólogos perceberam a necessidade de reposicionarem a teologia num lugar de continuidade científica e acadêmica. Seguindo Kant, Schleiermacher é considerado o responsável por “salvar” a religião da avalanche iluminista. Mas, sua contribuição teve fortes

⁴⁹ KANT, 2004, p. 17.

⁵⁰ MONDIN, 1979, p. 8.

⁵¹ MONDIN, 1979, p. 8.

⁵² KANT, 1900, p. 99.

efeitos colaterais. Seu pensamento abriu margem para novas análises que resultaram em pressupostos que radicalizaram o método histórico-crítico e o avanço da teologia liberal.⁵³ A partir daí a teologia ortodoxa tradicional, acusada de ter uma roupagem helenística, metafísica e escapista, perdeu espaço no cenário acadêmico para dar lugar a uma teologia mais humanista, histórica e ética. Do ponto de vista científico e filosófico, a metafísica, desde o Renascimento, está inserida num processo de desconstrução.⁵⁴ Do ponto de vista teológico, a metafísica, desde a escola ritchliana, também inicia sua degradação.⁵⁵

A igreja atual apresenta vários aspectos de pluralidade teológica. Estes aspectos têm muitas vezes uma raiz comum. Em meio a tantos falatórios sobre Deus, surge o interesse de indicar que essa raiz comum pode ser identificada como uma repaginação do conceito de Reino de Deus. Assim, o tema Reino de Deus como novo e principal paradigma na teologia bíblica contemporânea é reposicionado nos sistemas teológicos, causando mudanças significativas. Se entendermos a importância de Ritschl para a teologia moderna e contemporânea, entenderemos também com clareza a importância deste reposicionamento como tarefa necessária para uma melhor compressão das mais diferentes visões teológicas contemporâneas e das mais divergentes correntes eclesiais dos tempos atuais.⁵⁶

De certa maneira e em certa medida, teologias que não adotaram a nova chave hermenêutica do Reino de Deus têm negligenciado sua missão, ao perder sua relevância prática em meio à cultura e no diálogo com a sociedade. Igrejas que têm desprezado este paradigma e o lugar do Reino de Deus como conceito principal em seu discurso teológico tendem a se tornar obsoletas, por enfatizar demasiadamente um Reino no porvir, metafísico, distante e abstrato e esquecer-se de um Reino presente e terreno que assume sua responsabilidade social, econômica e política. A teologia contemporânea tem se afastado do racionalismo cristão especulativo e essencialmente dogmático, que se preocupa prioritariamente em formular sistemas fundamentados em abstrações metafísicas e no paradigma helenístico.⁵⁷

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **A Cidade de Deus**. Parte 1. Livro 8, cap. I. Petrópolis: Vozes, 2012.

AQUINO, Tomás. **O Pai Nosso e a Ave Maria**: sermões de Tomás de Aquino. Rio de Janeiro: Edição Eletrônica, 2003.

BAYER, Oswald. **A Teologia de Martin Lutero**. Tradução de Nélio Schneider. São Leopoldo: Sinodal, 2007.

BIÉLER, André. **O pensamento econômico e social de Calvino**. São Paulo: Presbiteriana, 1990.

⁵³ MONDIN, 1980, p. 10.

⁵⁴ GRENZ, 1997, p. 74.

⁵⁵ MACKINTOSH, 2004, p. 151.

⁵⁶ OLSON, 2001, p. 563.

⁵⁷ MACKINTOSH, 2004, p. 25.

BOSCH, David J. **Missão transformadora**. Mudanças de paradigma na teologia da missão. São Leopoldo: EST / Sinodal, 2002.

CARRIKER, C. Timóteo. **Missão integral**: uma teologia bíblica. São Paulo: Sepal, 1992.

_____. **Teologia Bíblica da Criação**: passado, presente e futuro. Viçosa: Ultimato, 2014.

GIBELLINI, Rosino. **A teologia do século XX**. São Paulo: Loyola, 1998.

GOHEEN, Michael W. **A igreja missional na bíblia**: luz para as nações. São Paulo: Vida Nova, 2014.

GRENZ, Stanley J.; MILLER, Ed. L. **Teologias contemporâneas**. São Paulo: Vida Nova, 2011.

GRENZ, Stanley J.; OLSON, Roger E. **A teologia do século 20**: Deus e o mundo numa era de transição. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.

GUNDRY, Stanley. **Teologia contemporânea**: uma análise dos pensamentos de alguns dos principais teólogos do mundo hodierno. São Paulo: Mundo Cristão, 1983.

HAGGLUND, Bengt. **História da Teologia**. 7.ed. Porto Alegre: Concórdia, 2003.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. **A religião nos limites da simples razão**. Lisboa: Edições 70, 1900.

KUHN, Tomas. **Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LIVRO DE CONCÓRDIA. Arnaldo Schüler, trad. Porto Alegre/ São Leopoldo: Concórdia/Sinodal, 1980.

LUTERO, Martinho. **À Nobreza Cristã da Nação Alemã, 1520**. In: Martinho Lutero Obras Seleccionadas. Vol. 2. Tradução de Ilson Kayser. São Leopoldo: Sinodal, 1995.

_____. **Lutero à câmara de Danzig**: Winttenberg, 5 de Maio de 1525 In: Martinho Lutero Obras Seleccionadas. 1525. São Leopoldo: Sinodal, 1995.

MACKINTOSH, Hugh R. **Teologia moderna**: de Schleiermacher a Bultmann. São Paulo: Novo Século, 2004.

MCGRATH, Alister E. **Teologia sistemática, histórica e filosófica**: uma introdução à filosofia cristã. São Paulo: Shedd, 2010.

MONDIN, Batista. **Antropologia teológica**: história, problemas, perspectivas. São Paulo: Paulinas, 1979.

_____. **Os grandes teólogos do século vinte**: Vol. 2 - Os teólogos protestantes e ortodoxos. São Paulo: Paulinas, 1980.

_____. **As teologias do nosso tempo**. São Paulo: Paulinas, 1979.

OLSON, Roger. **A história da teologia cristã: 2000 anos de tradição e reformas.** São Paulo: Vida, 2001.

PADILLA, René. **Missão Integral: ensaios sobre o Reino e a Igreja.** 2.ed. Londrina: Descoberta, 2005.

SOUZA, José Antônio de C. R.; BARBOSA, João Morais. **O Reino de Deus e o reino dos homens.** As relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média: da Reforma Gregoriana a João Quidort. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

TILLICH, Paul. **Perspectivas da Teologia Protestante nos séculos XIX e XX.** São Paulo: ASTE, 1999.

WRIGTH, Christopher J. H. **A missão de Deus: desvendando a grande narrativa da Bíblia.** São Paulo: Vida Nova, 2014a.

_____. **A missão do povo de Deus: uma teologia bíblica da missão da igreja.** São Paulo: Vida Nova, 2014b.

WRIGTH, N. T. **Surpreendido pela esperança.** Viçosa: Ultimato, 2009.